

Ao Excelentíssimo Senhor
Dr. Durval Gomes Garcia
Presidente do Instituto Nacional do Cinema
Rio de Janeiro

Senhor Presidente do INC:

O CONSELHO NACIONAL DE CINECLUBES, entidade jurídica que congrega as diversas Federações de Cineclubes, reuniu-se nesta cidade do Rio de Janeiro, de 22 a 24 do corrente mês.

Por ocasião de seu encontro com a direção do Instituto Nacional do Cinema, ficou estabelecido que as reivindicações do movimento cineclubista deveriam enquadrar-se nos Planos Nacionais de Cultura e de Educação, em fase final de elaboração no Ministério da Educação e Cultura,

Dando atendimento à orientação que o ilustre presidente do INC houve por bem fixar perante os representantes cineclubistas, promovemos demoradas reuniões, durante as quais as diretrizes de Vossa Excelência foram minuciosamente obedecidas.

O representante do INC, sr. José Geraldo Santos Pereira, diretor do Departamento do Filme Educativo, presente às nossas reuniões de trabalho, prestou esclarecimentos a respeito do Anteprojeto do Plano de Notas da Cultura Nacional e Anteprojeto do Plano da Educação Nacional, que foram lidos e analisados.

As medidas que, neste momento, temos a honra de encaminhar ao seu esclarecido exame, integram-se adequadamente no contexto dos referidos e importantes documentos básicos.

O movimento cineclubista brasileiro, senhor presidente, também pode ser adequadamente integrado no próprio espírito do Decreto-Lei nº 43, que criou o Instituto Nacional do Cinema, cujo artigo 1º, efetivamente, prevê não só o desenvolvimento da indústria cinematográfica brasileira como seu próprio fomento cultural.

A atividade dos cineclubes incere-se em ambos os itens, pois, de fato, ela apresenta duplo aspecto: de um lado contribui eficazmente para o estudo, o debate e, finalmente, o fomento cultural do cinema brasileiro, manifestado por cursos, ciclos, conferências, projeções e, por outro lado, estimula o surgimento de numerosos elementos que, seguindo os caminhos da profissionalização, vão acrescer os quadros técnicos e artísticos da indústria nacional de filmes de curta e longa metragens.

Verifica-se, desta forma, que o amparo do INC à atividade cineclubista do Brasil encontra-se prevista e justificada no próprio contexto do órgão federal, criado exatamente para formular e executar a política governamental relativa a todos os setores que compõem a atividade do cinema, em seus aspectos técnicos, econômicos, industriais, comerciais e, finalmente, culturais e educativos.

O documento que, a seguir, lhe é encaminhado, consubstancia a vontade unânime do movimento cineclubista nacional, aqui representado pela assinatura dos representantes de seus órgãos máximos que, ao endossarem esta manifestação de unidade, também desejam expressar ao ilustre presidente sua firme disposição de prestar decidido apoio à ação do Instituto Nacional do Cinema, sempre que for voltada, como dele se espera, para os legítimos interesses da nossa cultura.

Com as expressões de nossa alta estima e consideração, assinamos, muito cordialmente,

Olavo Macedo de Freitas, presidente
do conselho Nacional de Cineclubes e
Federação Gaúcha de Cineclubes:

Sílvio da Rin, presidente da Federação de
Cineclubes do Rio de Janeiro: